

Opea SPE 01 Companhia Securizadora de Créditos Financeiros

Relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações
contábeis nº 243M1-063-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período 26 de julho (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2023	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 28 de março de 2023
OPEA SECURITIZADORA S/A

Em entendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2023, contratou a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras anual, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Companhia.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores da
Opea SPE 01 Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa Opea SPE 01 Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26 de julho de 2023 (data de início das atividades) a 31 de dezembro 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da empresa Opea SPE 01 Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 26 de julho de 2023 (data de início das atividades) a 31 de dezembro 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia iniciou suas operações no dia 19 de junho de 2023 como sociedade anônima fechada (S.A.), atualmente a companhia permanece em fase pré-operacional, não havendo operações vinculadas a sua atividade base durante o período de 26 de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Não identificamos assuntos que na formação de nossa opinião mereça ser considerado com um PAA.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de 26 de julho de 2023 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

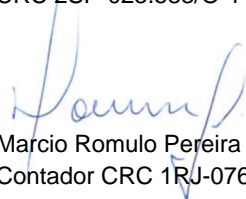
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7

Opea SPE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		-
Clientes e outros valores a receber		-
Títulos e valores mobiliários		-
Impostos a recuperar		-
Outros créditos		-
Total do ativo circulante		----- -
Ativo não circulante		
Investimentos		-
Títulos e valores mobiliários		-
Outros créditos		-
Partes relacionadas		-
Imobilizado e Intangível		-
Direito de Uso		-
Total do ativo não circulante		----- -
Total do ativo		----- ----- -

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea SPE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo circulante		
Impostos, taxas e contribuições		-
Contas a pagar		-
Salários e encargos sociais		-
Outras contas a pagar		-
Total do passivo circulante		----- -
Passivo não circulante		
Contas a pagar		-
Partes Relacionadas		-
Total do passivo não circulante		----- -
Patrimônio líquido		
Capital social		-
Reserva Legal		-
Reservas de lucros		-
Total do patrimônio líquido		----- -
Total do passivo e patrimônio líquido		----- ----- -

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea SPE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações do resultado

Período de 26 de julho de 2023 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita líquida		-
Lucro bruto		-
(Despesas) receitas operacionais		
Lucro (prejuízo) operacional		-
Equivalência patrimonial		
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		-
Imposto de renda e contribuição social correntes		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-
Lucro líquido do período		-
Lucro líquido básico por ação – R\$		

Opea SPE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações do resultado abrangente do período de 26 de julho de 2023 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do período	-
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Opea SPE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período de 26 de julho de 2023 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1 de janeiro de 2023	-	-	-	-	-
Integralização	1	-	-	-	1
Capital a intergralizar	(1)	-	-	-	(1)
Resultado do período	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea SPE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) do período de 26 de julho de 2023 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas		
Receita de serviços		-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-

Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		-

Valor adicionado líquido		-

Valor adicionado líquido produzido		-

Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial		-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida		-

Valor adicionado a distribuir		-

Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		-
Despesas financeiras		-
Lucro/(Prejuízo) retido		-

Valor adicionado distribuído		-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Opea SPE 01 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”) foi constituída no dia 19 de junho de 2023 e iniciou suas atividades em 26 julho de 2023 como uma sociedade anônima fechada.

O objeto social da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimos e pela Caixa Econômica Federal; a emissão, distribuição, recompra, revenda, resgate e colocação, privada ou pública junto ao mercado financeiro e de capitais, no Brasil ou no exterior, de qualquer título e valor mobiliário relacionado aos créditos financeiros acima identificados, n os termos da legislação aplicável; a gestão e administração dos créditos financeiros acima mencionados; e a prestação de garantias para o título e valores mobiliários por ela emitidos.

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do período de 26 de julho (data de inícios das atividades) a 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.

A apresentação das demonstrações financeiras não foi efetuada de forma comparativa ao exercício anterior devido ao início da operação ter ocorrido em 26 de julho de 2023.

2.2 Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

3 Principais práticas contábeis adotadas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todo o exercício apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Apuração do resultado

Os custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantidos a custo amortizado.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

- **Custo amortizado:** O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria as contas a receber de clientes, de partes relacionadas, despesas antecipadas e outras contas a receber;

- Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

Redução ao valor recuperável: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

Nas operações de securitização, as perdas por redução ao valor recuperável decorrem da perda estimada e incorrida por parte do cedente da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Portanto, neste contexto, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e conseqüentemente, sobre suas demonstrações financeiras.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

3.4 Imobilizado

A Administração não possui ativos imobilizado.

3.5 Intangível

A Administração não possui ativos intangível.

3.6 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui ativos ou passivos contingentes, que levassem a Companhia à necessidade da constituição de qualquer provisão.

3.7 Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

3.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

4 Patrimônio líquido

4.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1, representando 1.000 (mil) ações ordinárias, a ser integralizados.

5 Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24.